A Lei nº 14.905/24 e os Novos Critérios de Correção Monetária e Juros de Mora: Um Marco de Modernização Jurídica

Sancionada em 28 de junho de 2024, a Lei nº 14.905/2024 introduziu alterações substanciais ao Código Civil, redefinindo os parâmetros de correção monetária e juros de mora aplicáveis às obrigações civis. Ao buscar uniformidade e previsibilidade nas relações contratuais e extracontratuais, a nova legislação estabelece critérios econômicos mais adequados à realidade inflacionária e às condições de mercado, impactando diretamente na prática jurídica, contábil e pericial.

1. Correção Monetária:

A partir da vigência da Lei, a atualização monetária das obrigações civis segue o critério estabelecido no Parágrafo único do Art. 389 do Código Civil:

"Na hipótese de o índice de atualização monetária não ter sido convencionado ou não estar previsto em lei específica, será aplicada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pelo IBGE, ou do índice que vier a substituí-lo."

Essa nova regra elimina o uso de tabelas estaduais ou índices regionais que variavam de acordo com a localidade ou órgão julgador. O IPCA, como índice de referência, assegura uniformidade e previsibilidade para cálculos de atualização monetária, a serem aplicados somente nos casos de ausência de convenção entre as partes ou de previsão legal expressa.

1.1 O IPCA e o IPCA-15

O IPCA, índice oficial de inflação do Brasil, calculado mensalmente pelo IBGE, reflete o custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos e serve de parâmetro para o planejamento econômico e financeiro no Brasil. Já o IPCA-15, obtido em período de coleta distinto, de 16 do mês anterior a 15 do mês de referência, é tido como uma prévia do IPCA. Embora a Lei se refira ao IPCA, a Resolução CMN nº 5.171/2024, que regulamenta a metodologia de cálculo da taxa legal de juros, adotou o IPCA-15 para obter a taxa de juros reais, eliminando os efeitos inflacionários. Essa assimetria, certamente, suscitará debates quanto à coerência entre o texto legal e a regulamentação, tornando indispensável uma análise minuciosa de cada caso e o acompanhamento técnico e jurisprudencial sobre o tema.

Para informações adicionais sobre o IPCA e o IPCA-15, recomenda-se consultar as publicações oficiais do IBGE.

2. Juros de Mora:

A Lei nº 14.905/2024 também alterou a sistemática dos juros moratórios, buscando adequá-los às condições econômicas atuais. O Art. 406 do Código Civil, em sua nova redação, estabelece que, na ausência de taxa de juros convencionalizada ou de previsão legal específica, aplicam-se os juros de mora pela taxa legal.

Conforme o §1º do Art. 406, essa taxa legal corresponde à Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), calculada a partir da taxa de juros dos títulos públicos do Tesouro Nacional, "deduzido" (na verdade, desincorporado) o índice de atualização monetária, conforme previsto no Parágrafo único do Art. 389. Por sua vez, esse parágrafo estabelece que, não havendo convenção sobre o índice ou previsão legal específica, será utilizado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Assim, a lógica da nova norma é clara: se inexistir um índice previamente pactuado entre as partes, aplica-se o IPCA. Entretanto, caso exista uma convenção específica – por exemplo, definindo o INPC como índice de correção monetária – seria tecnicamente razoável concluir que esse índice substitui o IPCA na desincorporação a ser efetuada sobre a Taxa Selic, mantendo a leitura literal do referido artigo.

Contudo, a Resolução CMN nº 5.171/2024, editada para regulamentar a metodologia de cálculo da taxa legal, determina o uso do IPCA-15 como parâmetro de dedução (desincorporação) inflacionária, independentemente do índice originalmente pactuado. Esse ponto cria um possível conflito:

- Pela literalidade da Lei nº 14.905/2024: A dedução da Taxa Selic deveria utilizar o índice efetivamente ajustado entre as partes quando este estiver expressamente previsto, evitando a aplicação do IPCA – padrão subsidiário – e garantindo o respeito à autonomia contratual.
- Pela regulamentação da Resolução CMN nº 5.171/2024: Ainda que haja índice diverso pactuado, a dedução deve ser feita com base no IPCA-15, limitando o alcance da vontade das partes e uniformizando o procedimento; mas, esvaziando a aplicabilidade do índice escolhido contratualmente.

Em suma, a divergência entre a literalidade da lei e o critério estabelecido pela regulamentação pode gerar entendimentos contrapostos na prática: enquanto a interpretação estritamente legalista privilegia o índice pactuado, a orientação dada pela Resolução CMN conduz a uma padronização que ignora a Lei. A solução dessa

divergência dependerá da análise do Poder Judiciário, que deverá ponderar a hierarquia das normas, o propósito da reforma legislativa e a segurança jurídica, podendo resultar em entendimentos distintos conforme o contexto do caso concreto.

2.1 Metodologia de Cálculo

De acordo com a Resolução CMN nº 5.171/2024, a taxa legal é calculada por meio da seguinte fórmula:

$$TL_m = \text{Max} \left[\frac{\text{Fator Selic}_m}{\text{Fator IPCA-15}_m} - 1; 0 \right] \times 100(\%)$$

- A taxa legal – TL: expressa em termos mensais e percentuais, e será divulgada mensalmente pelo Banco Central. Cabe aqui ressaltar que o BACEN só está divulgando a referida taxa a partir de agosto/24. Caso tenha determinação legal para período anterior ou mesmo que se pretenda utilizar um índice diferente do IPCA-15, essa taxa deverá ser calculada, sem, no entanto, alterar sua estrutura: desincorporado a inflação (dividindo os índices e não simplesmente diminuindo as Taxas Selic e IPCA).
- Fator Selic: Corresponde ao fator de acumulação mensal da Taxa Selic.
- Fator IPCA-15: Fator de variação mensal do índice IPCA-15.

O cálculo da taxa legal é expresso em termos mensais, mesmo período dos Fatores Selic e IPCA, e os juros (Taxa Legal) são acumulados sob o regime de juros simples.

O CMN (Conselho Monetário Nacional) decidiu pela divulgação de uma taxa mensal que será calculada para cada mês de referência, pela razão entre a acumulação das Taxas Selic diárias e a taxa de variação do IPCA-15, relativa ao mês anterior ao de referência. Ademais caso o cálculo da Taxa Legal apresente resultado negativo, essa será considerada igual a 0 (zero), no mês de referência.

É fundamental observar que a aplicação dessa regra está condicionada à ausência de convenção entre as partes quanto à taxa de juros ou à inexistência de taxa estipulada no contrato, bem como às situações em que os juros de mora sejam determinados diretamente pela lei.

Essa determinação representa uma modificação substancial. Antes, a taxa de juros legais fazia referência à taxa de 1% ao mês, conforme interpretação do art. 406 do

CC combinado com o art. 161, §1º, do CTN, ou mesmo a taxa de juros de mora aplicável à Fazenda Pública (Selic) em alguns casos. Com a nova lei, a taxa legal é dinâmica, ajustando-se mensalmente de acordo com a evolução Taxa Selic e do IPCA ou IPCA-15, taxas que medem a inflação, proporcionando maior aderência às condições econômicas vigentes.

2.2 Ausência de Convenção do Índice de Atualização Monetária

Quando o índice de correção monetária não estiver definido em contrato ou em lei específica, aplica-se o IPCA amplo, conforme o Parágrafo único do Art. 389. Todavia, a Resolução CMN nº 5.171/2024 utiliza o IPCA-15 para ajustar a Taxa Selic, criando uma dissonância entre a literalidade da Lei e a regulamentação.

Assim, na ausência de pactuação, a dúvida central é sobre qual índice deve ser utilizado para desincorporar a Taxa Selic no cálculo da Taxa Legal:

- Pela Lei: O índice a ser deduzido é o IPCA amplo, conforme o Parágrafo único do Art. 389.
- Pela Resolução CMN nº 5.171/2024: A dedução utiliza o IPCA-15, um índice operacionalmente mais dinâmico, que serve como parâmetro para a fórmula de cálculo da taxa legal.

Essa dualidade entre a literalidade da Lei e a regulamentação evidencia a importância de análise técnica em cada caso, especialmente na ausência de cláusulas contratuais ou normas específicas.

2.3 Com Índice de Atualização Específico (e.g., INPC)

Nos casos em que o contrato, ou o título judicial estipula um índice de atualização monetária específico, como o INPC, por exemplo; mas, não define a taxa de juros, podem surgir diferentes interpretações sobre o cálculo da taxa legal:

1. Pela Literalidade da Lei

Conforme o §1º do Art. 406 do Código Civil, a Taxa Legal deve ser a Taxa Selic "deduzido o índice de atualização monetária de que trata o parágrafo único do art. 389." O Parágrafo único menciona que, na ausência de convenção ou previsão legal, utiliza-se o IPCA.

No entanto, se o contrato estipular um índice de atualização específico, por exemplo, o INPC, uma interpretação possível é a de que esse índice substitui o IPCA, devendo ser utilizado como o fator de desincorporação da Taxa Selic no cálculo da taxa legal. Nesse entendimento, a desincorporação deveria

ser realizada entre a Taxa Selic e o índice contratado, por exemplo o INPC, já que o IPCA só seria aplicado em caráter subsidiário, quando não houver previsão contratual.

2. Pela Resolução CMN nº 5.171/2024

A Resolução, que regulamenta o cálculo da taxa legal, adota a fórmula Fator Selic dividida pelo Fator IPCA-15, independentemente do índice de correção pactuado entre as partes. Assim, mesmo que o contrato estipule o INPC como índice de atualização, a desincorporação para o cálculo dos juros de mora será feita com base no IPCA-15, no caso o INPC, ou no IPCA mencionado pela Lei.

2.4 Resultado Negativo na Taxa Legal

Quando a Taxa Selic for menor que taxa da correção adotada no mês, a Taxa Legal será 0 (zero). Assim, nos casos em que a divisão entre o Fator Selic e o Fator de atualização monetária resultar em valor inferior a 1, a Resolução CMN nº 5.171 determina que a taxa legal será fixada como zero para o respectivo período.

Por outro lado, um ponto importante emerge: se a correção monetária for negativa, resultará em uma Taxa Legal superior à própria Taxa Selic. Essa constatação evidencia a importância de entender os impactos econômicos dessa nova metodologia.

3. Exclusões à Aplicação da Lei da Usura

O art. 3º da Lei nº 14.905/2024 exclui a incidência do Decreto nº 22.626/1933 (Lei da Usura) em determinadas operações, em especial aquelas realizadas entre pessoas jurídicas ou no âmbito dos mercados financeiro, de capitais ou de valores mobiliários, bem como perante instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Essa exclusão reflete um entendimento jurisprudencial e doutrinário consolidado de que, nesses contextos empresariais e financeiros mais sofisticados, as taxas de juros devem acompanhar a dinâmica de mercado e as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, sem ficar subordinadas aos limites fixados pela Lei da Usura. Por outro lado, operações não incluídas nessas hipóteses continuam sujeitas aos parâmetros legais, anteriormente estabelecidos pelo Decreto nº 22.626/1933.

Então, quanto às operações não contempladas nas exclusões, pode haver dois entendimentos divergentes sobre a possibilidade de pactuar juros de 1% ao mês.

Hipótese 01: Sob uma primeira ótica, a manutenção desse percentual (1% ao mês), historicamente tolerado e não intrinsecamente abusivo, continua viável, desde que não resulte em evidente desproporção no caso concreto. Neste cenário, o Judiciário, ao ser provocado, analisaria eventuais abusos, aplicando os princípios da boa-fé e da razoabilidade.

Hipótese 02: Por outro lado, uma segunda perspectiva seria que o espírito da nova legislação – ajustar os juros moratórios às condições econômicas atuais e incentivar o cumprimento das obrigações sem onerar excessivamente o devedor – inviabilizaria a insistência em uma taxa fixa de 1% ao mês.

Nesse sentido, e levando em consideração que o objetivo do legislador foi justamente mitigar encargos excessivos e promover o adimplemento, cabendo, portanto, a adoção da Taxa Legal definida na nova Lei, em vez de manter um índice adotado de 1% ao mês, possivelmente mais oneroso para o devedor.

4. Vigência e Aplicabilidade:

O art. 5º da Lei nº 14.905/2024 estabelece vigência escalonada:

- Na data da publicação (28/06/2024): Passa a produzir efeitos o §2º do art. 406 do CC, ou seja, o dispositivo que autoriza o CMN e o Bacen a regulamentarem o cálculo e divulgação da taxa legal.
- 60 dias depois da publicação (ocorrida em 28/08/2024): Entram em vigor os demais dispositivos da Lei, incluindo as novas regras sobre correção monetária, conforme art. 389, parágrafo único, e a própria aplicação da Taxa Legal, conforme a fórmula destacada na Resolução 5.171 do CMN (Conselho Monetário Nacional).

Por se tratar de Lei que altera parâmetros de atualização e juros aplicáveis a obrigações, a regra geral é sua incidência “ex nunc”, ou seja, a partir do momento em que a lei entra em vigor, incidindo sobre fatos e obrigações constituídas depois dessa data. Assim:

- Obrigações constituídas antes da vigência integral da Lei mantêm o critério anterior até a data da entrada em vigor da nova regra, salvo se houver disposição legal de direito intertemporal em sentido diverso, o que não é o caso.
- A partir de 28/08/2024, novas obrigações e as parcelas posteriores a essa data passam a se submeter aos novos critérios.

A interpretação corrente, em harmonia com o princípio da irretroatividade das normas (art. 5º, XXXVI, CF) e a segurança jurídica, é que a lei não deve retroagir para alcançar situações jurídicas já consolidadas no passado. O efeito é, portanto, “ex nunc”: atinge as obrigações futuras e as prestações vincendas, sem alterar, em regra, o regime de juros e correção de períodos pretéritos já consumados.

5. Considerações Finais:

A Lei nº 14.905/2024, associada à Resolução CMN nº 5.171/2024, consolida um novo marco jurídico ao uniformizar critérios de correção monetária e juros de mora. Ao adotar o IPCA como referência subsidiária e vincular a taxa legal à Taxa Selic, depois de desincorporada a inflação, o legislador buscou equilibrar segurança jurídica, coerência econômica e flexibilidade.

As principais implicações práticas incluem:

- **Maior Previsibilidade:** As partes passam a ter um critério legal único e bem definido na ausência de pactuação. Isso reduz incertezas e divergências, facilitando a liquidação de sentenças e o fechamento de acordos.
- **Aderência à Realidade Econômica:** A utilização da Taxa Selic, desincorporada do IPCA, ou do IPCA-15 conforme a Resolução do CMN, faz com que os juros legais reflitam as condições de mercado, evitando a sobreposição de correções.
- **Segurança Jurídica:** A aplicação “ex nunc” das novas regras respeita a irretroatividade das leis, garantindo que expectativas e relações anteriores não sejam alteradas de modo abrupto e injusto.
- **Interpretação Técnica:** Necessidade de maior atenção dos operadores do Direito e profissionais de cálculo, que deverão acompanhar publicações do Banco Central, bem como eventual posicionamento do Judiciário, especialmente diante da discrepância entre a Lei e a regulamentação no tocante ao IPCA-15.

Portanto, o principal desafio reside na definição do índice a ser adotado na prática. Enquanto a Lei admite o IPCA ou outro índice pactuado, a regulamentação prioriza o IPCA-15 no cálculo da taxa legal. Ademais, discute-se se ainda é possível manter juros de 1% ao mês, ou se o espírito da nova legislação recomenda a adoção da taxa legal dinâmica.

É fundamental destacar a natureza hierárquica das normas: a lei possui força superior a uma resolução. Embora a Resolução CMN nº 5.171/2024 não possa

contrariar a Lei, ela a complementa, oferecendo critérios técnicos mais específicos para o cálculo da taxa legal. A aparente divergência entre a literalidade da Lei e a metodologia estipulada pela Resolução não significa necessariamente contrariedade, mas sim uma especificação que poderá exigir interpretação criteriosa dos tribunais. Caso a jurisprudência entenda que a Resolução extrapolou sua função regulamentadora, ajustamentos poderão ocorrer, garantindo a harmonia do ordenamento.

Em suma, a partir de 28 de agosto de 2024, as novas diretrizes sobre correção monetária e juros de mora não convencionados passam a reger o ordenamento, conferindo maior clareza e estabilidade ao sistema jurídico, sem retroagir sobre relações passadas e respeitando o arcabouço constitucional. Profissionais do Direito, Contabilidade e Perícia Judicial, principalmente, devem analisar cuidadosamente cada caso, assegurando que os cálculos reflitam fielmente as normas legais e regulamentares em vigor.

Rodrigo Passos

Advogado OAB/PR 32.820

Contador CRC/PR 48.175/O-3

Perito Judicial desde 2003 e atuante em cálculos judiciais desde 1997.

rodrigopassos11@gmail.com